

Parte III - Oralidade e universo cultural indígena

Narrativas orais e línguas indígenas em Roraima: educação e preservação da memória e do patrimônio histórico

Ananda Machado

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACHADO, A. Narrativas orais e línguas indígenas em Roraima: educação e preservação da memória e do patrimônio histórico. In: PORTUGAL, AR., and HURTADO, LR., orgs. *Representações culturais da América indígena* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 214-225. ISBN 978-85-7983-629-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE III
ORALIDADE E UNIVERSO CULTURAL
INDÍGENA

NARRATIVAS ORAIS E LÍNGUAS INDÍGENAS EM RORAIMA: EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

*Ananda Machado**

Introdução

Para iniciar o texto, faremos breve retrospectiva sobre alguns de nossos momentos compartilhados na comunidade Tabalascada. Em 2009, fomos convidados para participar da Feira de Ciências da Escola Estadual Indígena Ednilson Lima Cavalcante, com varal de leitura e oficina de teatro de bonecos. Como nos foi solicitado, fotografamos e filmamos o evento. Em 2010, nos convidaram para realizar uma oficina de grafismo para uma futura exposição permanente nos muros da escola. No mesmo ano criamos o projeto de extensão “Narrativas orais: registros teatrais”, quando algumas narrativas selecionadas pelos alunos e professores foram dramatizadas e filmadas. Em 2011, elaboramos um projeto de pesquisa e fomos selecionados no segundo Edital de Seleção de Pesquisas: a Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, com uma proposta de trabalhar as narrativas orais como estratégia de educação patrimonial.

Trataremos aqui principalmente do processo de pesquisa realizado durante um ano com a comunidade. A primeira reunião que

* Professora do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da UFRR, e doutoranda da UFRJ em História Social (PPGHIS).

participamos depois da notícia da aprovação do projeto foi no dia 26 de maio, com o objetivo de ouvir os professores e demais interessados na comunidade em participar da pesquisa. O gestor da escola, Tênisson Raposo Felipe, abriu a reunião falando da importância do trabalho na coletividade e de “fincar” a prática educativa no que vivem.

Mesmo com muito debate e muitas iniciativas existentes, a questão do preconceito contra a própria cultura e identidade Macuxi e Wapichana na comunidade Tabalascada ainda é forte. Buscamos então com eles instrumentos para educação patrimonial que fortalecessem o uso das práticas culturais dentro da escola, com o objetivo de aproximá-la também da comunidade.

Listamos naquele momento os bens que os professores indígenas consideravam importantes de preservar: a história da comunidade; as crenças; o Parixara; as línguas macuxi e wapichana; as narrativas, as formas de processamento das manivas; os instrumentos musicais e os trançados. Para tanto, consideramos a seguinte definição de patrimônio:

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos, as obras de arte e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (Londres apud Iphan, 2012, p.5)

Ouvimos na ocasião, a exemplo do que já ocorreu em outras regiões de Roraima, reclamações sobre a falta de material didático específico sobre as culturas e nas línguas indígenas. Pontuei que poderia contribuir nesse processo de elaboração de materiais e afirmei que percebia o uso em si, o fazer cultural como material didático em si próprio, de modo que o movimento de sistematizar conhecimentos históricos de forma escrita ou audiovisual sobre o patrimônio macuxi e wapichana pudesse resultar em material pedagógico importante para o uso das escolas.

Refletimos ainda naquele momento sobre quais eram os resultados reais do ensino das línguas indígenas na escola e da necessidade

da busca, pois, mesmo que o professor não saiba falar a língua do seu povo, é possível contribuir no processo de fortalecimento cultural. O desafio seria, conforme falou o professor Gerson: “transformar o dia a dia em ações de valorização cultural”. Ele chamou atenção para a necessidade de quebrar o “muro invisível” entre a escola e a comunidade.

De acordo com as metodologias e classificações trabalhadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), há possibilidades de mapear com detalhes, inventariar e registrar os bens culturais que os professores listaram logo no início da pesquisa. Se assim for possível, de acordo com as formas até hoje trabalhadas pelo Iphan, no livro de registro de saberes caberiam: as histórias da comunidade (origem, conflitos vividos, casos etc.) e as crenças (conhecimentos associados às plantas que curam e orações). No livro sobre *celebrações* entraria o registro do Parixara, Tukui, Areruia (danças tradicionais indígenas). Já sobre *formas de expressão* seria abarcado as músicas e os instrumentos musicais; os trançados e as painéis de barro macuxi. No inventário da *diversidade linguística* caberia documentação das línguas macuxi e wapichana, além das narrativas (literatura oral). O livro de *sistemas agrícolas locais* contemplaria os processamentos da maniva, a diversidade de pimentas, sendo que o registro de uma referência poderia ser inscrita em mais de um livro.

E para que seja mantida a forma de organização social indígena desses povos, trabalhar no coletivo é fundamental, e o Iphan já atendeu para essa questão. Por isso os materiais produzidos devem ser de autoria coletiva, sobretudo porque há muitos professores indígenas graduados em Licenciatura Intercultural da UFRR ou em outros cursos e faculdades. Eles possuem condições de escrever relatos e textos de conclusão de pesquisas por já terem vivenciado esses processos durante a formação.

Assim, o projeto teve a intenção de preparar os professores pesquisadores e também os jovens da comunidade nessa direção. A proposta foi pensada coletivamente e seria um avanço a possibilidade de trabalhar em coautoria com os professores e alunos indígenas. Em Roraima temos, de fato, pouquíssimos materiais publicados sobre

culturas indígenas que poderiam ser usados nas escolas. Por isso, propomos uma oficina para trabalhar um roteiro a fim de organizar o material audiovisual que já tínhamos filmado desde 2009. A maior parte dos conteúdos vinha dos eventos que a escola promoveu, como: feira de conhecimento; participação em assembleias, encontros interculturais em outras comunidades, reuniões regionais, festas, como a da Damurida (prato indígena à base de pimenta), que acontece todos os anos desde a década de 1990 na comunidade Malacacheta (terra indígena vizinha), e registro das apresentações teatrais. Nas oficinas ainda não editamos, mas já planejamos também os materiais que precisamos ainda filmar e registrar.

Durante a reunião comunitária em junho e também na oficina para edição do material audiovisual, foram listados alguns problemas que a comunidade enfrenta, tais como: a piçarreira dentro da área indígena, o aterro do antigo lixão, os igarapés que não existem mais, a necessidade de reflorestamento com árvores tradicionais, o plantio da roça sem critérios prejudicando a mata ciliar, as pequenas barragens que provocam alagamentos, a plantação de acácias que contribui para assorear os igarapés. A partir dessas informações listamos narradores e lugares a serem visitados e filmados.

Narrativas orais e conhecimentos históricos relativos ao território

O estudo do arsenal teórico-metodológico do campo da história oral e da etno-história contribuiu para que pudéssemos nos organizar para trabalhar as histórias de vida de alguns senhores(as) na comunidade Tabalascada. Em especial, por conter narrativas coletadas inclusive em línguas indígenas na região, os livros de Koch-Grünberg nos ajudaram a compreender esses povos.

Na história do presente, o pesquisador é contemporâneo ao objeto que trabalha, que no fundo são os atores da história, compartilhando com eles categorias e referências comuns. Dessa forma, há proximidade entre os sujeitos da história, o pesquisador e, sobretudo, há

perspectiva de emancipação, recuperação de memória e reafirmação de identidades. “A história oral tem uma função propriamente política de purgação da memória” (François apud Ferreira, 2006, p.12).

Esse aspecto nos interessou, em particular, porque muito do que vem sendo silenciado, quando lembrado, pode contribuir em processos de mudança e de libertação. Há possibilidade de escolha do que ainda é importante, de questionamento sobre o por quê caminham em tal direção.

O processo de tensão entre o uso do português e das línguas indígenas, das políticas de línguas, do conteúdo repassado nas escolas indígenas, das formas de interferência no destino, deixa consequências e marcas identitárias, evidenciando a história como um dos espaços privilegiados de desenvolvimento da construção de identidades (Ferreira, 2010).

Muitos argumentam que os povos indígenas deveriam escrever sua própria história como uma forma de controlar o seu próprio destino, mas enquanto houver antropólogos, historiadores, etno-historiadores, etnólogos e linguistas dispostos e preparados para cooperar com os indígenas, dentro da perspectiva desses grupos, registrando sua história, seus mitos e crenças, é válido o trabalho com especialistas, sobretudo se tal colaboração for por eles solicitada.

A transdisciplinaridade, respeitadas as especificidades de cada área de conhecimento, pode contribuir na direção de articular memória e história, conhecimentos indígenas e textos escritos por indigenistas, viajantes e missionários (destaque para o trabalho de dom Alcuino), textos em línguas indígenas e em português.

A memória é constituída a partir do presente e tem como função principal manter a coesão do grupo, identificando-o como uma “comunidade de memória” produzida, criada, como mostram suas narrativas. Cada pessoa, especialmente as mais velhas, requer para si o papel de guardiã da memória e o passado comum é recriado como estratégia de luta. É uma forma de conhecer essa diversidade e esse jogo de poderes é ouvir os que guardam a memória dos ancestrais, mas estes vêm enfrentando problemas em encontrar jovens interlocutores interessados e atentos.

No dia 19 de setembro visitamos a casa de Célio Silvestre Cruz da Silva, de 61 anos, para ouvir e filmar suas narrativas em língua wapichana. Acompanhamos o professor Vítor Francisco Juvêncio, que coordenou esse dia de trabalho. Ele solicitou que Célio contasse da sua chegada na região, que se deu por volta dos anos 1980. Como não entendemos a língua, compreendemos apenas alguns assuntos dos quais falou e assim filmamos cerca de 30 minutos da fala dele. Como o objetivo da pesquisa era que os conhecimentos e línguas circulassem internamente na comunidade e escola, não foi grave o fato de não dominarmos ainda o idioma.

Em outra reunião na comunidade, listamos narradores que precisarão ser visitados (Atlas, Alderísio, Narciso, Silvestre e Maria), bem como os lugares que são importantes para eles e que deveremos visitar: olhos-d'água, igarapés (pontos para sobrevivência), mata com árvores centenárias, limites da terra indígena. As temáticas que abordaremos serão: literatura, alimentação (categorias), qualidade de vida na comunidade, educação no passado e no presente, suicídios que aconteceram na comunidade, a reza e sua importância, remédios caseiros, envelhecimento e expectativa de vida.

No dia 26 de setembro, viajamos de ônibus com dezessete alunos e Atlas, um dos moradores mais antigos da comunidade Tabalascada, que narrou suas experiências em relação aos lugares que percorríamos, no caminho que seguia em direção ao antigo lixão que a prefeitura de Cantá, nos anos 1997, construiu na comunidade.

Quando chegamos, Maria Rosita Ferreira Malaquias passava de bicicleta, uma macuxi que trabalhou durante 6 anos ali. Ela relatou a tristeza que viveu na época antes da demarcação e disse que crianças e moradores de outras comunidades e não indígenas vinham catar a carne desprezada, salgar e vender depois aos parentes.

Caminhamos até o local onde era jogado o lixo hospitalar. O material vinha de Boa Vista e ninguém sabia o que tinha naquelas embalagens, segundo Atlas, que só se lembra do mal cheiro e dos resíduos orgânicos contaminados que deixavam a população doente. Na época houve até surto de cólera. O gestor da escola, Tenison Raposo Felipe, que coordenou essa ação da pesquisa, contou que até hoje a

comunidade não recebeu indenização pelos danos que sofreram e ainda buscam uma forma de recuperar o lugar, pois mesmo depois do aterramento persistem o odor ruim e o descampado provocado pelo desmatamento. A aluna Dáyra de Souza Silva falou em wapichana sobre a busca dos jovens pela preservação e recuperação dos lugares que sofreram impactos ambientais e culturais na comunidade.

Depois seguimos para a piçarreira, área desmatada e destruída pela mesma prefeitura. O aluno Andrews falou que acha importante as aulas acontecerem nesses lugares para que tenham consciência da luta pela expulsão desses exploradores e entenderem o que precisam fazer para proteger e recuperar o que for possível na terra indígena.

Na piçarreira, Atlas contou que retiraram tanto material dali sem a autorização da comunidade que construíram todo o asfalto, da BR até a sede do município de Cantá. O professor Gerson chamou a atenção para o fato de a área não poder mais ser recuperada, uma vez que vivencia um processo de erosão. Até hoje essa situação não foi resolvida, e os moradores não foram indenizados pelo impacto que sofreram com a exploração daqueles recursos de modo irresponsável.

D. Rosilda Raposo também gravou sua fala em macuxi sobre o que aconteceu no antigo lixão e triste, dessa vez em português, falou enquanto caminhávamos que os seres que protegem as matas estão sendo desrespeitados, que os jovens precisam conhecer sobre eles e retomar as histórias que repassam valores na relação com a natureza.

O uso das línguas indígenas e os conhecimentos macuxi e wapichana

Quando acordo pela manhã, minha cabeça não se encontra mais repleta do som dos ritmos de minha língua, como estava antigamente. Sua língua está aqui agora, fazendo-me pensar de forma estranha, forçando meus pensamentos a um ritmo estranho. Começo a esquecer como era. Todo dia sinto a minha língua escapulindo. As palavras que eram minha vida estão me deixando aos poucos. Estão voltando ao

lar onde nasceram. Não consigo mais contar nossas histórias direito. (Doran, 1998 apud Crystal, 2005)

Há, então, necessidade de valorizar os conhecimentos indígenas manejados pelos mais idosos, registrados e transmitidos oralmente. Por isso o estudo histórico partiu desse movimento de ouvir os senhores da memória.

Nessa direção o uso das línguas indígenas merece atenção e precisa ser prestigiado, até porque há o que para ser lembrado precisa do conhecimento também da língua do povo. As línguas indígenas guardam nomes e conhecimentos que apenas quem fala e entende pode ter acesso, além disso, somos responsáveis por proteger e entender os processos sociais e de memória e esquecimento desses bens culturais que, além dos povos indígenas, são patrimônio da humanidade. E “a preservação das línguas é a parte dos direitos humanos e instrumento de autonomia política” (Franchetto, 2005).

Em uma das aulas que participamos, o professor Gerson lembrou que uma planta é apenas uma planta e que depende da relação para ela se tornar *taja*, por exemplo, e ser reconhecido seu espírito. “O elo com o sobrenatural precisa ser respeitado”, afirmou o professor. Os alunos lembraram do texto que leram sobre as classificações das plantas, escrito por Nádia Farage.

A tese fala da ética da palavra sobre seres que protegem e nomeiam a natureza como os buritizais, *awaruykuwaru*, *tynyz* (redemoinho), *arutynyz* (avô veado mateiro), *kuwitotynyz* (avô calango), *tynyz* (o mais velho, o primeiro). Faltou, na ocasião, discutirmos em sala sobre o texto e os efeitos na comunidade do processo de desconhecimento dessas narrativas que protegiam o território pelo uso de nomes e pelos conhecimentos das histórias.

Os Wapichana, como os que conversaram com Farage, acreditam no mudo apelo das coisas através dos *panaokarus* (bicho, animal selvagem): “alma das coisas”. Talvez a preservação do território no que se refere à biodiversidade tenha inclusive relação direta com os valores e nomes que as línguas indígenas transportam pela oralidade através dos tempos.

As casas, com suas paredes, esteios, para os Wapichana possuem *panaokaru* (ou neles habitam os *panaokarus* dos materiais de que são feitos). “São como micróbios, você não vê, mas estão aí” (Ibid.). Talvez por isso os mais velhos tenham tanta preocupação diante da necessidade, por falta de matéria-prima, de construir casa de cimento e telha brasilit.

Se compararmos as matérias-primas da casa com a língua wapi-chana, talvez possamos ver a língua indígena como esteios da morada dos Wapichana. Talvez essa hipótese permita ver a língua indígena semeada dentro de cada um e pensar que basta usá-la, lembrar de sua história, para ela florescer e voltar a dar os frutos que sempre alimentaram a alma do povo Wapichana.

Defenderemos a hipótese da ligação da língua wapi-chana, por exemplo, com a alma desse povo. Sobre os valores que cercam a linguagem para os Wapichana, encontramos referência em Farage: “antes a palavra mudava as coisas. Tudo agora já está feito. [...] As batalhas verbais entre os demiurgos criavam as cachoeiras, rios, montanhas” (Farage, 1997, p.57). Assim os narradores wapi-chana contaram à autora. “A fala perdeu sua força produtiva [...] sua magia, hoje, só se manifesta no interior do discurso ritual” (ibid.). Na referida tese fica evidenciado o fato de que a fala articulada é o que faz os humanos. “Não humano é o que não fala” (ibid., p.58). Segundo os registros da autora, os Wapichana definem *wa'uznao* como nossa criação, o que evidencia que ainda é possível retomar ou recriar o rito e o potencial da fala.

Em nossa pesquisa, quando nos debruçarmos sobre as formas de construção do discurso e da memória, ficamos atentos também às questões linguísticas, pois “nas línguas amazônicas se encontram fenômenos que não se encontram em línguas de outras partes do mundo, ou então que aqui sejam mais frequentes fenômenos que são raros noutros lugares” (Rodrigues apud Quixalós, 2000, p.26). “Em alguns casos esses fenômenos exigem a revisão de pontos de teoria da linguagem antes propostos sem seu conhecimento” (ibid.).

O estudo de aspectos linguísticos aconteceu na pesquisa apenas quando apontaram algum aspecto cultural importante para o povo, o

que aconteceu com frequência. Inventariamos, enfim, algumas particularidades linguísticas para que futuros estudos possam aprofundar cada questão.

Mas, se as políticas de desenvolvimento – ou a falta delas – continuarem a determinar a rápida extinção das línguas amazônicas, é mais provável que fenômenos raros ou únicos, mas de importância crítica para a melhor compreensão da linguagem humana, vão desaparecer sem sequer terem sido identificados. (Rodrigues apud Queixalos, 2000, p.26)

Se “a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais” (Burke, 1995, p.41 apud Freire, 2004), em Roraima esse campo ainda precisa ser mais trabalhado, as pesquisas históricas precisam problematizar mais a questão e estamos dispostos a continuar este estudo.

Considerações finais

Todo o processo de pesquisa foi interessante e conseguimos aproveitar desde os momentos mais difíceis, quando houve dificuldade de comunicação, até os mais prezerosos como o da subida na mata da Serra da Tabalascada.

Um dos pontos-chave para o trabalho é a vontade da comunidade de falantes querer que sua língua permaneça. E foi daí que partiu nossa busca em realizar ações com os povos indígenas que possam contribuir nessa direção.

Há pouquíssimo material escrito nas línguas indígenas, esse fato em si já é indício da perda que os povos sofreram com o processo histórico vivido. Mas, por outro lado, percebe-se que muitas vezes a língua é um veículo indispensável para deslocar-se no tempo.

Se o valor que os senhores Wapichana atribuem à palavra ainda é o descrito por Nádia Farage, acreditamos que remover do fundo dos rios de Roraima as falas lá adormecidas pode despertar muita lembrança, construir novos caminhos e contribuir para modificar os rumos da história.

Sabemos que a língua de muitos povos, com o assassinato da própria língua, se tornou a portuguesa. Mas se as comunidades reconhecerem o valor das línguas indígenas, elas poderão retomá-las e assim fortificar seu uso. Se a história não aconteceu da forma que gostaríamos, cabe a nós então reconstruí-la daqui pra frente.

Referências bibliográficas

- CRISTAL, D. *A revolução da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FARAGE, N. *As flores da fala: práticas retóricas entre os Wapixana*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FRANCHETTO, B. As línguas “em perigo” e línguas como patrimônio imaterial: duas ideias em discussão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, Iphan, n.32, 2005.
- FREIRE, J. R. B. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. 3.ed. Brasília: Iphan, 2012.
- QUEIXALÓS, F.; LESCURE, O. R. *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: ISA, 2000.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1994.